

UMA POSSIBILIDADE DE COMBATE À POBREZA?

*José Octávio Serra Van-Dúnem**

Resumo: O texto tenta, num primeiro momento, abordar a problemática em volta do surgimento dos Fundos Sociais como instrumento de resposta às políticas de ajuste do Banco Mundial, tendo como exemplo o caso da América Latina. Num segundo momento estabelece-se uma discussão sobre as principais questões inerentes aos Fundos Sociais como: financiamento exterior; combate à pobreza a partir de indicadores políticos; autonomia do poder político, entre outros. Analisar-se-á o caso do FAS (Fundo de Apoio Social de Angola) procurando identificar forças e fraquezas do programa numa estratégia de combate à pobreza em Angola.

Palavras-chave: Pobreza, Actores sociais, Capital social, Sustentabilidade.

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente trabalho tem como objetivo mapear, questionando a existência e a funcionalidade dos Fundos Sociais, enquanto instrumentos de combate à pobreza. Tendo como estudo de caso, para a nossa pesquisa, o Fundo de Apoio Social de Angola (FAS), tentaremos ver quais os principais factores inibidores do impacto das políticas de intervenção do FAS, junto das populações. Antes, porém, de analisarmos o caso de estudo FAS, iremos reflectir sobre os mecanismos que dão suporte aos Fundos Sociais, a partir da concepção do Banco Mundial, procurando dialogar com a literatura que na contramão questiona a estratégia dos Fundos.

Sendo um dos objectivos da nossa pesquisa discutir de que maneira, é que categorias como o desempenho institucional, engajamento cívico, participação, entre outros, podem ter um poder explicativo para desequilíbrios regionais e sociais, veremos qual o papel dos Fundos Sociais, em relação a processos de participação; relação entre Instituições locais e os Fundos; partilha de responsabilidades e sustentabilidade dos projectos.

Tendo sido pioneira na criação de Fundos, América Latina, ainda que de maneira sintética analisaremos essa experiência. E por último colocaremos alguns problemas que os Fundos podem encontrar no seu desempenho, partindo da experiência do FAS¹.

Os Fundos Sociais (FS) surgiram como resposta imediata a situações de emergência de combate à pobreza, em várias regiões do mundo, nomeadamente na América Latina e em África. Num primeiro momento, os FS, no caso da América Latina, surgiram como resposta às críticas sobre os impactos sociais das políticas de ajuste, tendo o Banco Mundial desenvolvido uma nova componente que se denominou "a *dimensão social do ajuste*" (Raczynski: 1996). Para isso foram concebidos como instrumentos importantes, os Fundos de Inversão Social (FIS), a que neste trabalho faremos alusão.

Estes Fundos instalados em vários Países da América Latina tiveram e têm ainda, como objetivo comum o enquadramento das Ongs na concepção e execução de programas de alívio à pobreza. Nos Países africanos a última metade dos anos 80 representou um momento de engajamento na luta contra a pobreza. Isso mesmo como resposta à profunda deterioração dos níveis de vida das populações, do aumento do desemprego, resultado da precarização da situação económica por um lado, e de certas medidas de austeridade impostas pelas agências

* Universidade Agostinho Neto (Angola).

¹ As nossas referências ao Fundo de Apoio Social de Angola, através das colocações que fizemos, são resultados da nossa pesquisa, ainda a decorrer, nos projetos de Viana, cidade satélite de Luanda.

internacionais, por outro. Neste sentido, alguns governos africanos incluíram nos seus programas de desenvolvimento, objectivos específicos de combate à pobreza (Frigenti e Harth: 1998).

Originalmente os FS tinham carácter temporário de emergência, mas com o agravamento das crises sociais, políticas e económicas, na sua maioria passaram a ser vistos como componentes permanentes da estratégia de desenvolvimento social dos Países. Isso não significa dizer que tenham deixado de responder a situações de emergência ². Embora os FS tenham sido criados numa óptica simples, de ajuda as populações mais vulneráveis, na sua maioria têm de responder a solicitações múltiplas, funcionando como um grande *guarda chuva* que em última instância visa reverter às condições de vida das populações mais pobres.

De uma maneira não rígida a maior parte dos Fundos Sociais tem evoluído tendo como farol os seguintes objectivos:

- A criação de emprego, principalmente na fase inicial dos fundos, como resposta às situações de emergência;
- Apoiar a criação e administração de recursos para o desenvolvimento e capacitação das populações, financiando projectos cuja implementação conta com a participação dos beneficiários;
- Trabalhar em parceria com os governos locais, no sentido de facilitar a descentralização, transferindo intervenções piloto positivas para os governos locais.

Como atrás referimos, não é linear que todos os Fundos Sociais tenham os mesmos objectivos, no entanto existe uma tendência geral, apoiada pelas agências multilaterais, que é a seguinte:

- O aumento relativo de recursos dos fundos e o seu repasse para os serviços sociais;
- Maior atenção à participação popular, procurando aumentar a sustentabilidade e a construção de capital social;
- Os fundos sociais operando cada vez mais como partidários da descentralização;
- Solicitação cada vez maior para que os fundos possam criar geração de renda, através de programas de micro-crédito, combinando duas coisas, por um lado seleccionando intermediários apropriados e, por outro, adoptando políticas que levam em conta a melhoria de áreas para actividades de microcrédito.

PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO

Os fundos Sociais encorajam as comunidades a participar como elementos chaves em todo o ciclo dos projectos seleccionados a partir de dois modelos de intervenção: (i) comunitários, em que os projectos são escolhidos por uma assembleia comunitária que posteriormente os envia aos fundos sociais; ou (ii) em que os governos locais coordenam um processo de planeamento local, em que as comunidades apresentam as suas prioridades em termos de necessidades, sendo estas posteriormente discutidas pelos governos locais e representantes da comunidade. Segundo (Parker e Serrano: 2000) da opção entre estes dois modelos de intervenção, pode depender a eficiência e o sucesso dos projectos.

A experiência do trabalho de campo sugere que os investimentos dos Fundos Sociais serão mais bem aproveitados se os sub-projectos passarem por um processo de planeamento local a partir das propostas das comunidades. Um planeamento local permite que todas as comunidades expressem as suas preferências, pressionando outros parceiros como os governos locais a discutirem as propostas, evitando que as decisões finais sejam somente tomadas pelos fundos sociais. Contudo para obtenção de melhores resultados no planeamento local dever-se-á ter presente projetos tipo, e evitar que as elites políticas influenciem as decisões.

² São exemplo disso os casos de guerra em Angola e Camboja e as secas na Zâmbia.

RELAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES LOCAIS E OS FUNDOS SOCIAIS

Os Fundos Sociais podem ajudar a capacitação das Instituições locais, no sentido em que as populações possam beneficiar de treinamento de vários tipos: administração, gestão financeira dos projectos, entre outros, por parte dos Fundos Sociais. O governo local em parceria com os Fundos pode realizar um melhor planeamento (caso das Honduras), ou mesmo a supervisão dos projectos, (caso da Bolívia). É também um dos objectivos primeiros dos Fundos, reforçar os comités locais, durante as várias fases do projecto, isso mesmo acontece em Países como o Malawi e a Zâmbia (Marc; Graham e Schacter: 1993).

Os mecanismos acima referidos levantam a questão da transferência de responsabilidades dos Fundos Sociais para os governos locais. A possibilidade que os governos locais têm de participar num trabalho com as comunidades potencializando os beneficiários e melhorando a oferta de bens e serviços, pode apontar para um processo de crescente descentralização de poderes e responsabilidades. Neste sentido os fundos sociais têm-se revelado instrumentos importantes nesse esforço mais amplo de apoio aos governos locais.

Nesta transferência de responsabilidades três aspectos são importantes:

- 1) os fundos sociais têm caminhado com certa precaução, optando por se expandirem à medida que os resultados se forem apresentando. Têm feito transferências de responsabilidade diferenciadas, de acordo com as capacidades dos governos locais. Isso implica um conjunto de indicadores sobre capacidades e desempenhos dos fundos e dos governos locais.
- 2) os fundos sociais estão apoiando vários mecanismos para aumentar as capacidades dos governos locais, das quais se destacam: a) ajuda técnica por parte das Ongs, empresas do sector privado, universidades, aos fundos sociais e aos governos locais; b) apoiando a formação de associações de municípios que possam colaborar para propósitos específicos, como, por exemplo, financiando os salários dos representantes comunitários até que os governos locais possam assumir tal responsabilidade.
- 3) os fundos sociais ao transferirem responsabilidades para os governos locais terão que rever toda a sua organização e articulação com as agências especializadas que apoiarão o reforço de capacidade nas instituições locais que assumirão responsabilidades de implementação dos projectos, monitorando e avaliando o seu desempenho.

PARTILHA DE RESPONSABILIDADES

A responsabilidade, pedra fundamental na construção dos fundos sociais, vai aumentando à medida que a demanda de desempenho aumenta e os fundos começam a ser cruciais para os processos de descentralização. Para enfrentar estes desafios os fundos sociais têm duas formas de abordar esta questão, uma primeira, em que a maior parte da responsabilidade recaiu sobre os governos locais, em que estes são agentes que administram os recursos dos fundos sociais³. Uma outra, em que os fundos sociais transferem a questão da responsabilidade para a sua organização interna. Poderá também acontecer que o fundo social repasse responsabilidades (aqui no sentido de autonomia) para as suas antenas locais.⁴

Essa postura dos fundos tem criado um novo quadro de comportamento por parte dos intervenientes, como ilustra o estudo de (McLeod e Dudzik: 2000) como sejam:

- Exigindo que os governos locais incluam nos seus programas de desenvolvimento uma dimensão de participação efectiva, que possa ir para além do atendimento a *clientelas*, e possa inserir comunidades maiores (caso das Honduras);
- Aplicando sanções duras aos governos que não respeitem os acordos previamente estabelecidos;

³ Isso mesmo acontece em alguns Países da América Latina.

⁴ É o caso do FAS (Fundo de apoio social) de Angola, as equipas têm uma grande autonomia que lhes permite identificar e implementar projetos, sem terem anuência do FAS central.

- Ajudando as populações envolvidas nos projectos a terem mais confiança nas instituições públicas e reconhecendo o seu próprio papel (caso dos países africanos);
- Usando critérios de transparência e objectivos bem delineados na concepção dos projectos;
- Demonstrando os benefícios da metodologia dos fundos sociais, como forma de incentivar os governos locais. Num sentido diferente as contribuições dos fundos sociais podem constringer essa passagem de responsabilidades de maneira mais ampla e institucionalizada. Isto no sentido de que se um governo local for visto pelas comunidades como pouco funcional em relação à intervenção dos fundos sociais, não só lhe darão pouco incentivo, como encontrarão mais motivos para se distanciarem (caso do Perú e da Zâmbia);

SUSTENTABILIDADE DOS PROJECTOS

O impacto real de desenvolvimento e sustentabilidade dos projetos, só são sentidos, à partida, se houver manutenção contínua de serviços básicos. Contudo o impacto contínuo, ou não, dos investimentos realizados pelos fundos sociais, é por vezes determinado por factores externos. No entanto a reconstrução, manutenção preventiva e capacitação do pessoal, são condições necessárias para a sustentabilidade dos projectos. Também a divisão e a distribuição de responsabilidades entre as comunidades, governos locais, dependem de País para País, e dos quadros legais e operacionais de cada um deles.

Daí que os fundos sociais tenham que envolver e trabalhar com todos os actores sociais, em níveis diferenciados, procurando encontrar flexibilidade e ajuste entre os mesmos.⁵ (Parker e Serrano: 2000). Tem havido um reconhecimento da contribuição por parte dos governos locais, sobre a contribuição dos fundos sociais, o que permite envolver ainda mais estes governos no planeamento e na manutenção dos projectos. (caso de Países como a Bolívia e as Honduras). Ou seja, o conjunto de factores acima referido pode contribuir para um melhor desempenho desde que a si estejam associadas duas condições: (i) envolvimento dos governos locais nos processos de planeamento e manutenção dos projectos, sem que necessariamente estejam na sua produção. (ii) criar uma estratégia de reforço institucional que possa ajudar os governos locais a ter maior capacidade de intervenção.

FUNDOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Apesar da diversidade que se constata entre os fundos dos vários Países da América Latina, tem em comum o facto de terem sido concebidos como instrumentos de gestão social dirigido a grupos sociais previamente definidos, para solução de problemas determinados. Os Fundos Sociais⁶ determinam como prioridade o financiamento de projectos cujo objetivo seria combater a pobreza, através de programas participativos com as comunidades, organizações não governamentais e o sector privado. Isso mesmo está patente nos documentos constitutivos dos fundos,⁷ onde em todos os casos o objectivo é proteger os sectores sociais mais desfavorecidos através de acções e programas específicos.

Existem no entanto dois tipos diferentes de concepção de Fundos Sociais: 1) Fundos de curto prazo, cujo objectivo é emergencial e por isso mesmo de duração limitada (caso do Fundo Social da Bolívia, primeiro fundo institucionalizado de emergência 85-86, com duração prevista de três anos), e 2) Fundos que pretendem atacar as causas estruturais da pobreza, como estratégia de desenvolvimento em longo prazo. Neste sentido houve uma certa evolução na concepção dos Fundos, tendo, não só um carácter de longo prazo, mas também, existindo a possibilidade de virem a tornar-se permanentes dentro da estrutura do Estado e dentro dos sistemas de financiamento das políticas sociais⁸.

⁵ Na perspectiva destes autores o envolvimento entre os vários actores, tem sido maior em África. Pensamos que tal difere de País para País e mesmo entre projectos, pois a nossa experiência de campo aponta, ainda, para um desajuste, se pensarmos, por exemplo, no Estado como actor e parceiro do Fundo.

⁶ Importa referir que na América Latina, do ponto de vista jurídico todos os Fundos foram criados com personalidade jurídica, autonomia técnica, administrativa e financeira. Cfr. (Fondos de Inversion Social: 1993)

⁷ Ver na bibliografia Fonvis "Fondos de Desarrollo Social. Experiências em América Latina".

⁸ Isso pode levantar problemas se pensarmos que os Fundos Sociais podem-se confundir com o próprio Estado, podendo decorrer daí a ausência do próprio Estado na concepção das estratégias de combate a pobreza.

Embora os fundos possam, também, dentro de um programa social funcionar, somente, como instrumentos do programa como um mecanismo de acção, no combate à pobreza. Contudo a execução prática dos Fundos de Inversão Social, não obstante ser reconhecida como importante contributo para o desenvolvimento de políticas sociais, com base na flexibilidade, e agilidade, apresenta segundo os seus críticos⁹ um conjunto de problemas, entre os quais destacamos:

- Financiamento proveniente, quase na totalidade, dos recursos externos, fazendo com que o Estado e os sectores da sociedade que concentram a maior parte dos recursos nacionais, se isentem de participar de maneira efectiva no combate à pobreza, criando, assim, uma extrema dependência externa.
- Na conceptualização da pobreza privilegiam-se indicadores socioeconómicos, em detrimento dos indicadores políticos. No conceito de pobreza devem-se integrar aspectos da vida social e política das comunidades tais como organização, representatividade política, consenso nas decisões, com vista à elaboração de estratégias integrais e permanentes de combate à pobreza.
- A relação de autonomia, em relação às autoridades políticas, é fundamental para evitar a politização dos fundos. Os fundos devem-se constituir como entidades autónomas do governo central, tendo representantes de ongs e outras organizações populares, evitando que possam funcionar como instrumentos de cooptação, criação de clientelismos, e de instrumentalização por parte dos partidos políticos.

A EXPERIÊNCIA DO FUNDO DE APOIO SOCIAL EM ANGOLA (FAS)

A semelhança de alguns países da América Latina, o Fundo de Apoio Social em Angola (FAS), surgiu dentro de um programa de reestruturação socioeconómica, em 1992, resultado de um acordo entre o Banco Mundial e o Governo. O FAS foi criado como resposta aos graves problemas socioeconómicos que o País enfrentava, como o empobrecimento progressivo de faixas cada vez mais amplas da população, tendo como objectivo genérico contribuir para a promoção de condições de desenvolvimento sustentável alívio da pobreza.

Financiado pelo Banco Mundial, Governo de Angola e outros doadores, o FAS foi criado com um carácter temporal, para um período de transição, dentro de um conjunto de transições várias que Angola vivia nesse período, das quais destacamos: o processo de paz, com vários interregnos; mudança no cenário político/partidário, caracterizado pela abertura ao multipartidarismo e sinais de alteração do sistema de uma economia planificada, para além da reformulação do próprio aparelho de Estado, na qual se preconizava a formulação de uma nova política social. Como uma agência autónoma, dotada de personalidade jurídica, com autonomia financeira e administrativa, o FAS contribuiria, na óptica do governo de Angola e dos financiadores, para o combate à pobreza crónica, junto das populações que não tivessem uma relação directa com a guerra.

Para a implementação dos projectos, o FAS criou plataformas de concertação social, como o comité de coordenação cujas atribuições seriam a de: apoiar e realizar campanhas de informação e sensibilização para as acções a integrar no FAS, ao nível das populações; propor a adopção de políticas e estratégias de desenvolvimento social comunitário para a região; assegurar a ligação com os órgãos de administração local do Estado e estimular a mobilização de fundos para o FAS.

Estes comités integrados pelos vários componentes da sociedade civil, como sejam, governos locais, instituições religiosas e associações, têm como objectivo capacitar as populações mais carentes de maneira a que estas possam resgatar um papel de participação activa na criação de um modelo de sustentabilidade. Neste sentido a perspectiva de final de guerra, e a conseqüente necessidade de reabilitação socioeconómica deixam em aberto um espaço para programas como o FAS, em que se possam criar novas abordagens, como a criação de modelos de governação local alternativo, participativos e funcionais, deixando em aberto a possibilidade de fortalecer, ou fazer nascer, redes sociais destruídas pela guerra. Levanta-se a questão de saber qual o papel desempenhado pelo FAS,

⁹ Existe na América Latina um conjunto de organizações, entre as quais se destacam: La Agencia Protestante de Cooperación al Desarrollo (EZE) e a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP), que subscreveram um convénio que permite desenvolver intercâmbio sobre as experiências na região dos Fundos de Inversão Social, de maneira crítica.

nessa tríade, em que as populações buscam soluções para os seus múltiplos problemas, o governo que se propõe buscar a realização de objectivos sociais e os financiadores que desejam ver a aplicação dos recursos de forma eficiente, de maneira a que as próprias populações passem a ser agentes principais da sua própria mudança, criando um novo quadro de oportunidades e responsabilidades, para além das habituais ad-hoc.

Como referimos, a proposta de intervenção do FAS, em termos teóricos, identifica-se com as propostas de outros Fundos Sociais, nomeadamente da América Latina, contudo confronta-se no terreno com dificuldades práticas, decorrentes de situação de guerra que nos últimos trinta anos vem desestruturando todo o tipo de redes e relações sociais. Neste trabalho queremos destacar dois problemas que nos parecem pertinentes e com os quais nos temos confrontado na pesquisa que realizamos. O primeiro reporta-se a proposta de intervenção do FAS, onde é patente a importância dada ao papel das comunidades, interagindo com o governo local e com o próprio FAS, na concepção e gestão dos projetos, evitando o caráter assistencialista.

Isso pressupõe que o FAS esteja dialogando com comunidades marcadas pelo empenho cívico, senso de igualdade, solidariedade, confiança e tolerância, fatores que, entre outros, determinam a existência de comunidade (Putnam, 1996). Ora, numa situação em que os beneficiários dos projectos são na sua maioria populações deslocadas, ou afectadas em termos de pobreza, pelo quadro de crise social que se vive, decorrente da situação de guerra, não nos parece que possam ser referenciadas como estruturas comunitárias.

Por outro lado, os níveis de pobreza em que as populações se encontram e a presença de um Estado muito centralizado, bem como a ausência de intervenções do próprio Estado (governo local), para reverter esse quadro, obrigam o FAS a desempenhar o papel central junto das populações¹⁰ [é prova disso, a confiança das populações no FAS e o descrédito nas Instituições do Estado, bem como apelo de permanência dos projectos], de várias maneiras, entre as quais, estabelecendo a ponte entre estas populações e o próprio Estado, processos que podem ser lentos e de longa duração.

Daqui decorre, em nosso entender, o segundo problema que é o seguinte: sendo o FAS, um programa de carácter temporário e cujos projectos são de curto prazo, como é possível repassar para as populações espírito de empenho transformador e de criação de laços de solidariedade, resgatando *capital social* que permite caminhar no sentido de se estabelecer um *equilíbrio social* aqui entendido como uma combinação simultânea, por um lado, entre as bases de suporte que propiciam aos decisores poder para criar e, por outro, graus de autonomia das comunidades, para se implementarem programas (Boschi: 1999).

Concluimos pensando que as dificuldades acima expostas podem levar a que os projectos implementados pelo FAS, não consigam tão facilmente fugir do assistencialismo, pois o campo de intervenção está delimitado pela necessidade urgente de apoio. Neste sentido, parece-nos, que o divisor de águas, entre a intervenção do FAS e de outras organizações governamentais e não governamentais é ténue, sendo que o próprio Estado tende a confundir os vários papéis.

Partindo do quadro acima exposto, temos vindo a pensar que alternativas podem ser implementadas para o sucesso das propostas dos Fundos Sociais. Em nosso entender, dependem de um conjunto de factores que devem caminhar juntos. Neste sentido, é fundamental que se realizem políticas de descentralização, visando melhorar o bom desempenho dos governos locais e na ausência destas, os Fundos podem ser encorajadores de tais iniciativas, agindo como catalisadores para a mudança.

É também, importante que os financiadores tenham presente que o horizonte temporal dos projetos deve ser maior, pois as propostas de intervenção solicitam, quase sempre, um trabalho com as populações de média/longa duração. Sem, isso, é muito grande o risco de na ausência dos Fundos Sociais, as populações não conseguirem, de maneira autónoma gerenciar os projetos, frustrando todas as expectativas criadas.

¹⁰ Durante o trabalho de campo, no município de Viana, a questão recorrente, por parte dos beneficiários entrevistados, era a da permanência do Fundo de Apoio Social, como um misto de esperança e garantia para solução dos seus problemas.

BIBLIOGRAFIA

- ADAIR, Philippe. (1996) "Économie et finance informelles en Afrique" In *Sociétés Africaines*. n.1, 155-170. Editions L'Harmattan, Paris.
- AMADO, Filipe. (1994) *As condições de sobrevivência da população pobre em Angola*, mimeo, Luanda.
- AMADO, Filipe e HAKKERT, Ralph. (1992) "A urbanização e desurbanização em Angola". *Cadernos de população e desenvolvimento*, Ano I. n.1, Ministério do plano e Fnuap, Luanda.
- AMADO Filipe e SOUSA, Adauta. (1995) "Mecanismos de poupança e atitudes para o investimento no sector informal urbano em Angola". *Centro de Estudos Estatísticos para o Desenvolvimento*, Luanda.
- AGUILLAR, Renato. (1992) "Inquérito sobre as despesas e receitas dos agregados familiares em Luanda", Estudo sete: *Políticas, programas e projetos orientados em função dos sexos no contexto do ajustamento estrutural em Luanda*, Ministério do Plano/Unicef, Luanda.
- _____. e STENMAN, Asa. (1995) *Angola 1995: Let's try again, macroeconomics studies*. Swedish International Development Cooperation Agency, Stockholm.
- BENDER, William e SIMON, Hunt. (1991)a "Poverty and food insecurity in Luanda". Estudo um. *Resultados do Inquérito sobre as despesas e receitas dos agregados familiares em Luanda*. Food Studies Group, University of Oxford.
- _____. (1991)b "Opções a curto e médio prazo para o alívio da pobreza em Luanda". Estudo dois. *Resultados do inquérito sobre despesas e receitas dos agregados familiares em Luanda*. Food Studies Group. University of Oxford.
- CASTELLS, Manuel. (1996) *"The rise of the network society"*. Oxford, Blacwel Publishers.
- CASTEL, Robert, e al. (1997) *"Desigualdades e a questão social"*. Educ. São Paulo.
- _____. (1998) *As metamorfoses da questão social*. Editora Vozes. Petrópolis.
- GRAVE Júlia e al. (1997) "A pobreza urbana e peri-urbana". In *Workshop sobre comunidades e instituições na perspectiva do pós-guerra*. Luanda.
- HODGES, Tony. (1997) "Crise econômica angolana: origens, características e perspectivas de saída". In *Workshop sobre comunidades e instituições na perspectiva do pós-guerra*. Luanda.
- PUTNAM, D. Robert. (1996) *"Comunidade e Democracia"* Fundação Getúlio Vargas Editora, Rio de Janeiro.
- DAHL, Robert A. (1971) *"Polyarchy: participation and opposition."* New Haven, Yale University Press.
- MARCH, James e OLSEM, Johan P. (1989) *"Rediscovering institutions: the organizational basis of politics"* New York, Free Press.
- ALMOND, Verba A. e VERBA, Sidney. (1965) *"The civic culture: political attitudes and democracy in five nations"* Boston, Little, Brown.
- _____. (eds.). (1980) *"The civic culture revisited"* Boston, Little, Brown.
- POLANY, Karl. (1980) *"A Grande transformação: As Origens da Nossa Época"*. Rio de Janeiro, Campus Editora.
- WEBER, Max (1996) *"Economía y Sociedad"* Fondo de Cultura Económica, México.
- _____. (1994) *"Weber: Political Writings"* Cambridge, Cambridge University Press.
- CORAGGIO, J. L. (1991) *"Ciudades sin Rumbo. Investigación Urbana y Proyecto Popular"* Quito, Ciudad-SIAP.
- MINGIONE, Enzo (1991) *"Fragmented Societies- A Sociology of Economic Life beyond the Market Paradigm"* Oxford/Cambridge, Basil Blackwell.
- CAHIER DU GEMEDEV, (1996) *"L'État en Afrique: indigénisation et modernités"*. ACCT; MAE; MESR, Paris.
- DUBOIS, Jean Luc. (1997) *"Comparisons of National Poverty Reduction Strategies: Cameroon, Ethiopia, Mali, Senegal"*. United Nations Development Programme, New York.
- JAIDI, Larbi. (1997) *"Strategies Nationales de Reduction de la Pauvrete"*. United Nations Development Programme, New York.
- RAFFINOT, Marc. (1997) *"Etude Comparative Des Strategies Nationales De Reduction De La Pauvrete"*. United Nations Development Programme. New York.
- DINIZ, Eli. (1996) "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90". In *O Desafio da Democracia na América Latina*. Pp. 162 a 189. IUPERJ.
- BOSCHI, Renato. (1999) "Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador". In *DAQS*, vol. 42, n 4, pp.655 a 690.
- NORTH, Douglass. (1990) *"Institutions, Institutional Change and Economic Performance"*. Cambridge University Press. New York.
- AINA, Tade Akin. (1997) *"Mondialisation et politique Sociale en Afrique: questions et pistes de recherche"*. Codesria, Dakar.

- Documentos de Base para Implementação do Fundo de Apoio Social (FAS). Luanda, 1994.
- TÓNÑIES, Ferdinand. (1947) "*Comunidad y Sociedad*" Editorial Losada, Buenos Aires.
- MCCARNEY, Patricia. (1996) "*Cities and Governance New Directions in Latin America, Asia and Africa*". University of Toronto Press. Toronto.
- WORLD BANK. (1992), *Governance and Development* apud International Bank for Reconstruction and Development (1993), *Governance: The World Bank's Experience*.
- Raczynski, Dagmar. (1996) *Chile, Fondos de Solidaridad de Inversion Social (Fosis)*, Washington D.C.
- Frigenti, Laura e Harth, Alberto. (1998) "Local Solutions to Regional Problems" *The Growth of Social Funds and Public Works and Employment Projects in Sub-Saharan Africa*, World Bank.
- Mcleod, Dinah e Dudzik, Pamela. (2000) *Including the Most Vulnerable: Social Funds and People With Disabilities*. Mimeo, New York.
- Parker, Andrew e Rodrigo, Serrano. (2000) *Promoting Good Local Governance Through Social Funds and Decentralization*. United National Capital Development Fund, work paper. New York.
- "*Les réformes économiques et la pauvreté: les Programmes d'Action Sociale e Fonds Sociaux en Afrique Subsaharienne*". In *Findings*, Région Afrique, Numéro 12. Février 1994.
- Fondos de Inversion Social, Ong's y Agencias de Cooperacion, mimeo, Septiembre 1993.
- Sousa, Adata e Stenman, Asa. (1999) *From Humanitarian Assistance to Poverty Reduction in Angola*. Mimeo, Harvard University.
- Edwards, Michel. (1999) "*Enthusiasts, Tacticians and Sceptics: The World Bank, Civil Society and Social Capital*". In *Future Positive: International Co-operation in the 21 Century*, London.
- Domelen, Julie e Owen, Daniel (1998) *Getting an Earful: A Review of Beneficiary Assessments of Social Funds*. Discussion Paper. World Bank.
- Portes, Alejandro (1998) "*Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology*". In *Annual Reviews Sociology*, 24: 1-24.
- Van-Dúmen, José Octávio (2000) "*O Impacto das políticas de Intervenção do Fundo de Apoio Social (FAS) nas Comunidades: Estudo de caso do Município de Viana (Angola)*". Projeto de Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro.